



## **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/08**

### **PROCESSO DE COMPRA Nº 096/08 – PREGÃO ELETRÔNICO**

Aos vinte dias do mês de junho do ano de dois mil e oito, na sede do TRT da 15ª Região, localizada na Rua Barão de Jaguara, 901, Centro, Campinas/SP, CEP 13015-927, o **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**, daqui em diante designado meramente **TRT**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 03.773.524/0001-03, neste ato representado por seu Diretor-Geral de Coordenação Administrativa, Adlei Cristian Carvalho Pereira, brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG n.º 18.666.755-SSP/SP e do CPF/MF n.º 081.701.148-02, de acordo com as atribuições que lhe foram conferidas, por delegação de competência, pela Portaria GP 14/2003, artigo 1º, inciso XVIII, publicada no DOE - Poder Judiciário - de 12/05/2003, em conformidade com o resultado do Processo de Compra n.º 096/08 – Pregão Eletrônico - SRP, devidamente homologado à fl. 179 do aludido processo, resolve, nos termos da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, bem como da Lei n.º 10.520/02 e do Decreto n.º 3.931/2001, **REGISTRAR OS PREÇOS** para eventual aquisição de pneus novos, destinados ao Setor de Transportes deste E. Tribunal, da empresa cujo fornecimento foi adjudicado na licitação, doravante designado FORNECEDOR, em conformidade com o Pregão e com as cláusulas e condições que se seguem.

#### **FORNECEDOR**

Gasper Pneus e Rodas Ltda-ME, com sede na Av. Princesa do Sul, 740, em Varginha/MG, CEP 37062-180, inscrita no CNPJ nº 02.180.927/0001-86, fone/fax: (35) 3214-3488, e-mail: gasper@gasper.com.br, neste ato representada pelo Sr. Luciano Resende Pereira, portador da Carteira de Identidade nº MG-10.727.576 e do CPF nº 037.163.386-99.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual aquisição de pneus novos destinados ao Setor de Transportes deste E. Tribunal, conforme descrição, preço, e demais especificações constantes do Anexo a este instrumento – Preço Registrado e FORNECEDOR.

1.2. Os materiais serão adquiridos de acordo com a necessidade e conveniência do TRT, mediante a expedição de Nota de Empenho.

1.3. A existência de preços registrados não obriga o TRT a adquirir o material, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO, DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

2.1. Sempre que julgar necessário, o TRT solicitará, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, o fornecimento do material registrado, na quantidade que for preciso, mediante Nota de Empenho.



*Diretoria Administrativa – Serviço de Compras*

2.1.1. A Nota de Empenho será enviada por meio eletrônico ou fac-símile ao FORNECEDOR, o qual deverá confirmar o recebimento no prazo de 1 (um) dia. Caso o FORNECEDOR não possua e-mail ou aparelho de fac-símile, a Nota de Empenho deverá ser retirada no Serviço de Compras, situado na rua Barão de Jaguara, 901, 4º andar, Centro, Campinas-SP, no prazo de 1 (um) dia, contado a partir da convocação.

2.1.2. O prazo para confirmação do recebimento ou para retirada da Nota de Empenho poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período, quando solicitado pelo FORNECEDOR durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo TRT.

2.1.3. A não confirmação do recebimento ou a não retirada da Nota de Empenho no prazo previsto, bem como a constatação da situação irregular do FORNECEDOR perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil (Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, e Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União – PGFN/RFB) e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CEF), por ocasião do empenho da despesa, implicará aplicação de multa e 1 % (um por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

2.2. A entrega dos materiais deverá ser efetuada em dia de expediente normal, das 11h00 às 17h00, no Setor de Almoxarifado do TRT, situado na Rua Ângela Signore Grigol, nº 5, Barão Geraldo, Campinas/SP, acompanhados da respectiva nota fiscal, ou nota fiscal/fatura, no prazo estipulado neste Registro de Preços e nas quantidades indicadas através da Nota de Empenho.

2.3. O FORNECEDOR não poderá ceder ou transferir para terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o objeto desta licitação, nem mesmo durante a vigência da garantia dos materiais, ressalvadas as hipóteses de transformação empresarial previstas no art. 78, inciso VI. da Lei n.º 8.666/1993, desde que previamente autorizado por escrito pelo TRT e a seu exclusivo critério.

2.4. O FORNECEDOR responsabilizar-se-á pela qualidade do material entregue, especialmente para efeito de substituição imediata, no caso de não atendimento ao solicitado.

2.5. O FORNECEDOR obrigará-se-á a realizar a **entrega dos materiais no prazo de 30 (trinta) dias**, a contar do recebimento ou da retirada da Nota de Empenho.

2.6. O FORNECEDOR obrigará-se-á a fornecer, para todos os lotes, **prazo de garantia dos materiais de 05 (cinco) anos**, a contar do recebimento definitivo por este Tribunal.

2.7. Fica vedada ao FORNECEDOR a contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes de ocupantes de cargo de direção e assessoramento, de membros, juízes ou desembargadores vinculados ao TRT, nos termos do que dispõe o artigo 3º da Resolução n.º 7, de 18/10/2005, do Conselho Nacional de Justiça, com redação dada pela Resolução n.º 9/2005.

2.7.1. A vedação a que se refere o subitem 2.7 alcança o parentesco natural e civil, na linha reta e colateral, até o terceiro grau, inclusive, e o parentesco por afinidade, na linha reta



*Diretoria Administrativa – Serviço de Compras*

ou colateral, alcançando ainda o parente colateral de terceiro grau, do cônjuge ou companheiro.

2.8. O descumprimento do subitem 2.7 ensejará a rescisão do ajustado, com as consequências pertinentes à rescisão por culpa do FORNECEDOR, nos termos da Cláusula Quarta.

2.9. Em todos os lotes entregues pela empresa vencedora, durante a vigência do Registro de Preços poderão ser retiradas amostras, a qualquer tempo, para serem submetidas à análise por Organismo creditado pelo INMETRO ou pela ABNT, para a verificação de que se trata de pneu novo de acordo com a Descrição Detalhada do Objeto (Anexo I), bem como com o Regulamento Técnico para pneus novos, conforme a Portaria nº 5, de 14 de janeiro de 2000 do INMETRO – prevista no subitem 1.3.1 e, de acordo com as seguintes Normas Brasileiras da Associação Brasileira de Normas Técnicas – prevista no subitem 1.3.2:

- ABNT/NBRNM 251/2001 (Pneus novos de automóveis, seus derivados e rebocados – Requisitos e métodos de ensaio).

2.9.1. Caso os resultados da análise a que se refere o subitem 2.9 desaprovem a amostra de pneu entregue pela empresa vencedora, o lote inteiro ou a parte do ainda não utilizado será devolvido à empresa, que terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento da notificação por “Aviso de Recebimento – AR”, para a substituição por novo lote, que deverá conter a mesma quantidade de produto devolvido pelo TRT.

2.9.2. Na hipótese do subitem 2.9.1, o novo lote de pneu entregue pela empresa vencedora será submetido aos mesmos processos estabelecidos nos subitens 2.9 e 2.9.1.

2.9.3. O fornecedor deverá arcar com os custos das análises realizadas pelo Organismo citado conforme o subitem 2.9, referentes à as amostras dos pneus entregues.

2.9.4. Mediante análise da amostra, se constatada tentativas de lesar a administração por crimes inseridos nos incisos II, III e IV do art. 96 da Lei 8.666/93, o fornecedor será imediatamente penalizado com o disposto no subitem 4.1 desta Ata, sem prejuízo de outras sanções aplicadas a crimes e das penas.

### **CLÁUSULA TERCEIRA: DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO**

3.1. O recebimento provisório ocorrerá, no ato da entrega dos materiais, de acordo com todas as especificações constantes deste edital, acompanhados das respectivas notas fiscais, ou notas fiscais/faturas, quando será emitido o termo de recebimento provisório, conforme dispõe o artigo 73, inciso II, alínea “a” da Lei n.º 8.666/93.

3.2. O recebimento definitivo ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da entrega dos materiais, acompanhados da respectiva nota fiscal, ou nota fiscal/fatura, cuja conferência e atestação serão feitas pela Comissão de Recebimento de Material Permanente e Expediente deste E. TRT.

3.2.1. No texto da nota fiscal ou nota fiscal/fatura deverão constar, obrigatoriamente, o objeto da licitação, as quantidades, a marca e o modelo do material, os



*Diretoria Administrativa – Serviço de Compras*

valores unitário e total e o número do processo que deu origem à aquisição (Processo de Compra nº 096/08 – Pregão Eletrônico - SRP).

3.2.2. Na ocorrência de qualquer circunstância que desaprove o recebimento definitivo, o mesmo ficará pendente e o pagamento suspenso até o saneamento das irregularidades, não podendo o FORNECEDOR, em nenhuma hipótese, interromper os demais fornecimentos eventualmente pendentes, sendo que durante o período em que o recebimento definitivo estiver pendente e o pagamento suspenso por culpa do FORNECEDOR, não incidirá sobre o TRT qualquer ônus, inclusive financeiro.

3.3. O pagamento será efetuado pelo Serviço de Execução Orçamentária e Financeira do TRT, num prazo máximo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo dos materiais, conforme dispõe o artigo 73 da Lei n.º 8.666/93, sendo o crédito providenciado por meio de ordem bancária, na conta corrente indicada pelo FORNECEDOR no processo licitatório, ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras.

3.3.1. O pagamento mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que o FORNECEDOR efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

3.3.2. Como condição para o pagamento, o FORNECEDOR deverá possuir, na data da emissão da ordem bancária, devidamente válidos e atualizados os documentos de regularidade perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil (Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, e Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União – PGFN/RFB) e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CEF).

#### **CLÁUSULA QUARTA: DAS SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO**

4.1. O FORNECEDOR que, injustificadamente, não apresentar documentação exigida para o certame, apresentar declaração falsa, não assinar a Ata de Registro de Preços, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do ajustado, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas nesta ata e das demais cominações legais.

4.2. Salvo a existência de motivo expressamente justificado e aceito, a inexecução total ou parcial do ajustado ensejará sua rescisão pela Administração, pelos motivos, na forma e com as conseqüências previstas nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93, sem prejuízo da aplicação das penalidades a que aludem os artigos 86 a 88 do mesmo instituto legal.

4.3. Ficam estabelecidas as seguintes multas sobre o valor dos materiais entregues em atraso, contado a partir do último dia do prazo definido nesta Ata, as quais serão descontadas na fatura por ocasião do pagamento:

- até o sétimo dia de atraso, multa única de 1% (um por cento);
- a partir do oitavo dia de atraso, multa diária de 0,2% (dois décimos por cento).



*Diretoria Administrativa – Serviço de Compras*

4.4. Na reincidência, as multas serão cobradas em dobro.

4.5. A aplicação das multas estabelecidas nesta cláusula não impede que o TRT rescinda unilateralmente o ajuste e/ou aplique as demais sanções previstas nos artigos 86 a 88 da Lei n.º 8.666/1993 e no artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002.

4.6. Na aplicação de quaisquer sanções previstas na legislação, serão garantidos ao FORNECEDOR o contraditório e a prévia defesa

4.7. Se o FORNECEDOR não efetuar a entrega dos materiais em até 10 (dez) dias após o prazo previsto, poderá ensejar, por sua culpa, a rescisão do ajustado.

4.8. A rescisão do ajustado por culpa do FORNECEDOR, por inexecução do ajustado ou pela não entrega dos materiais, implicará pagamento de multa de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor total adjudicado ou do material não entregue.

#### **CLÁUSULA QUINTA: DA RESCISÃO**

5.1. Constituem motivos para a rescisão deste ajuste as situações previstas nos artigos 77 e 78, nas formas contidas no artigo 79, com as conseqüências do artigo 80, e sem prejuízos das sanções administrativas dos artigos 86 a 88, todos da Lei n.º 8.666/1993.

5.2. A rescisão deste ajuste, por culpa do FORNECEDOR, nos termos dos artigos 77 e 78 da Lei 8.666/1993, ensejará a aplicação de multa, conforme item 4.8.

5.3. Este ajuste poderá ser rescindido unilateralmente e a qualquer tempo pelo TRT nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA SEXTA: DA VIGÊNCIA**

6.1. O prazo de vigência da presente Ata é de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA: DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO**

7.1. O fornecimento será acompanhado e fiscalizado pelo Assistente-Chefe do Setor de Transportes do TRT, designado gestor da presente ata.

7.1.1. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do FORNECEDOR pelos danos causados ao TRT ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão, culposa ou dolosa, de quaisquer de seus empregados.

#### **CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DO TRT**

8.1. O TRT se compromete a dar plena e fiel execução à presente Ata, respeitando todas as condições estabelecidas, obrigando-se ainda a:



*Diretoria Administrativa – Serviço de Compras*

I. Permitir o acesso dos empregados do FORNECEDOR, devidamente identificados, nas dependências do Setor de Almoxarifado deste TRT, para entrega dos materiais, nos horários estabelecidos;

II. Efetuar, no prazo estabelecido neste instrumento, o pagamento dos materiais efetivamente fornecidos, recebidos definitivamente pela Comissão de Recebimento de Material Permanente deste E. TRT.

### **CLÁUSULA NONA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

9.1. As despesas com a execução desta ata serão atendidas à conta da dotação orçamentária consignada na Lei n.º 11.647, publicada no Diário Oficial da União de 24/03/2008 e no exercício subsequente as despesas correrão à conta da dotação que for prevista para atender as obrigações da mesma natureza, assim classificadas:

02.061.0571.4256.0001 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho:  
3390.30 - Material de Consumo;  
39 - Material para Manutenção de Veículos.

### **CLÁUSULA DEZ: DO PREÇO**

10.1. O preço total dos pneus é de R\$ 17.844,90 (dezesete mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e noventa centavos), conforme anexo.

**Parágrafo Único** – Já estão incluídos nos valores constantes no *caput* desta cláusula todas as despesas de transporte, embalagens, impostos, contribuições, seguros, e quaisquer outros encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes desta Ata.

**CLÁUSULA ONZE: DO RECOLHIMENTO DAS MULTAS** – As multas eventualmente aplicadas, seja por inexecução, seja por rescisão do ajuste por culpa do FORNECEDOR, serão pagas por meio de cheque nominal ao TRT.

**Parágrafo Único** – Na ausência do pagamento das multas, o TRT poderá descontar o respectivo valor dos eventuais créditos do FORNECEDOR. Inexistindo crédito em favor do FORNECEDOR, os valores deverão ser por ele recolhidos no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação por “Aviso de Recebimento – AR”, sob pena de inscrição do débito na Dívida Ativa da União, observados os procedimentos legais.

**CLÁUSULA DOZE: DAS TRANSFORMAÇÕES DO FORNECEDOR E DA TRANSFERÊNCIA OU CESSÃO DA ATA** – Ocorrendo as hipóteses de transformação empresarial previstas no artigo 78, inciso VI, da Lei nº 8.666/1993, a presente Ata poderá ser mantida com o FORNECEDOR, ou cedida ou transferida, mediante prévia autorização por escrito do TRT e a seu exclusivo critério, e desde que:

1) O FORNECEDOR remanescente, ou o beneficiário da cessão ou da transferência, demonstre possuir as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital ao qual está vinculada esta Ata, em especial as regularidades estabelecidas no item 12.1 da cláusula 12 (apresentação de certidões do FGTS e da Secretaria da Receita Federal do Brasil);



2) A empresa seja beneficiária da cessão ou transferência também em decorrência das hipóteses de transformação previstas no artigo 78, inciso VI, da Lei nº 8.666/1993; e

3) Não se verifique fraude à licitação.

**CLÁUSULA TREZE: DA COMPATIBILIDADE** – O FORNECEDOR assume, no ato da assinatura deste instrumento, o compromisso de manter, durante toda a execução desta Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**CLÁUSULA QUATORZE: DA LEGISLAÇÃO** – Aplicam-se à presente Ata, especialmente aos casos omissos, as disposições da Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores, o Decreto nº 3.931, de 19/09/2001, bem como as demais normas pertinentes.

**CLÁUSULA QUINZE: DA VINCULAÇÃO** – A presente Ata está vinculada ao edital do Processo de Compra nº 096/08 e à proposta do FORNECEDOR.

**CLÁUSULA DEZESSEIS: DO FORO** – Fica eleito o foro da Seção Judiciária de Campinas - Justiça Federal do Estado de São Paulo - para dirimir toda e qualquer questão que derivar desta Ata de Registro de Preços.

E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento, em duas vias de igual teor, obrigando-se por si e sucessores para que surta todos os efeitos de direito, o que dão por bom, firme e valioso.

Campinas, 20 de junho de 2008.

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
ADLEI CRISTIAN CARVALHO PEREIRA  
TRT**

**GASPER PNEUS E RODAS LTDA-ME  
LUCIANO RESENDE PEREIRA  
FORNECEDOR**



**ANEXO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 028/08**

**PROCESSO DE COMPRA Nº 096/08 – PREGÃO ELETRÔNICO**

**PREÇO REGISTRADO E FORNECEDOR**

**Fornecedor: Gasper Pneus e Rodas Ltda-ME**

Pneus novos, conforme especificações contidas na tabela abaixo, com as seguintes características:

- Não podem ter mais de um ano de fabricação à data do fornecimento;
- Serem radiais;
- Versão sem câmara;
- Ostentar o símbolo de identificação da certificação no âmbito do Sistema Brasileiro da Certificação – SBC, de acordo com o Regulamento Técnico para pneus novos, conforme a Portaria nº 5, de 14 de janeiro de 2000, do INMETRO;
- Estar de acordo com as Normas Brasileiras da Associação Brasileira de Normas Técnicas - **ABNT/NBRNM 250/2001** (Pneus novos de automóveis, seus derivados e rebocados – Requisitos e métodos de ensaio);

<i>Lote</i>	<i>Veículo</i>	<i>Medidas</i>	<i>IC</i>	<i>Simb. Veloc.</i>	<i>Marca/Modelo</i>	<i>Qtde</i>	<i>Vl. Unit.</i>
1	Renault Megane 1.6	195/65/R15	88	símbolo mínimo “T”	Technic / T5000	25	266,72
2	Renault Megane 2.0	205/55/R16	88	símbolo mínimo “T”	Brigstone - Firestone / Turanza ER300	35	319,34

**Valor total: R\$ 17.844,90**

Prazo de entrega: 30 (trinta) dias, a contar do recebimento ou da retirada da Nota de Empenho.

Prazo de garantia: 05 (cinco) anos, a contar do recebimento definitivo pelo Tribunal.

Local de entrega: Almoxarifado